

O custo de chegar ao Poder

Quando o PSDB era governo, o PT fazia uma oposição que hoje sua própria liderança reconhece ter sido agressiva e mesmo destrutiva. Tudo era entreguismo, submissão aos banqueiros e ao capital especulativo, ou motivo para CPIs. Reformas, imagine, nem pensar, a Constituição Cidadã era uma conquista e portanto intocável.

Hoje se percebe que tudo, ou quase tudo, era teatro, e que o objetivo era o de atrapalhar o projeto de poder do PSDB, mesmo que para isso saísse prejudicado o Brasil. Assim é a política. A liderança petista candidamente admite a esperteza, digna de grandes raposas do passado, e faz seu "Mea Culpa" com sorrisos de cantos de boca, como se fosse uma leve travessura sem maiores consequências. Afinal de contas, no plano estritamente político, a estratégia foi bem-sucedida, eles maximizaram o desgaste do PSDB em passar reformas (que foram boas para o Brasil e que ninguém tenciona desfazer) e, ao fim das contas, ganharam as eleições.

A liderança petista reconhece, portanto, que impediu no Parlamento, no Judiciário ou mesmo nas ruas, como nos tumultos contra as privatizações, o avanço de reformas, como a da Previdência e do Sistema Tributário, que agora - seis ou sete anos depois - elegeu como prioritárias e urgentes para a restauração do crescimento. Ou seja, tudo isso que o presidente Luiz Inácio da Silva está propondo hoje para a Previdência, e muito mais, poderia ter sido feito há seis ou sete anos, e não foi feito em boa medida por causa do próprio PT.

Sim, o governismo teve defecções, sem as quais poderia ter passado as reformas atropelando a postura negativista do PT. Mas daí a dizer que a culpa pelos prejuízos causados pelo atraso nas reformas é do governo vai uma distância grande, tão grande quanto a que separa os pontos de vista que o PT tem hoje sobre as reformas e os que tinha, ou fingia que tinha, na época em que as combateu.

Pois bem, quanto custou ao Brasil atrasar em seis ou sete anos a sequência de reformas que começa com a da Previdência e do Sistema Tributário e deve prosseguir com a reforma trabalhista e muitas outras?

Medido em bilhões de dólares, ou em pontos percentuais do PIB, foi imenso o prejuízo ao país causado pela escolha

"pragmática" feita pelo Partido dos Trabalhadores, mesmo que a conta se limitasse unicamente aos efeitos financeiros diretos da nova legislação hoje proposta. Para se saber esta quantia exata basta perguntar ao ministro Berzoini quanto terá a Previdência de ganhos com a reforma nos seus primeiros sete anos. A resposta seguramente vem em bilhões de dólares e tem dois dígitos. Este foi o custo, em dinheiro de hoje.

Os efeitos indiretos são mais difíceis de calcular: a dívida pública não teria crescido tanto, os juros não precisariam ter sido tão altos, o crescimento teria sido maior, o país estaria mais robusto e competitivo diante das crises externas posteriores a 1997. Qual seria a taxa de desemprego hoje, ou a taxa de juros, se a Reforma da Previdência tivesse sido feita sete anos atrás?

Tudo mundo sabe que tudo teria sido muito melhor, tão melhor que o governo FHC teria sido mais bem sucedido e provavelmente o PT não teria ganho as eleições de 2003. Isto comprova três teses: (I) a da urgência e relevância das reformas, agora consenso absoluto (II) a de que o PT deliberadamente prejudicou o Brasil para chegar ao Poder, portanto, passando no "vestibular" para partido político de raposas feito as outras e (III) a de que o PT não tinha como não tem "modelo econômico alternativo", pois o que está fazendo é apropriar-se competentemente de uma agenda de desenvolvimento que nunca foi sua, mas que o próprio PSDB deitou fora por que acreditou tratar-se de uma agenda neoliberal.

Nada disso retira o brilho da vitória política do PT, que sacrificou sua proverbial coerência revolucionária, abandonou suas ideias fundadoras, diminuiu sua capacidade de falar em ética na política, igualou-se aos outros partidos, prejudicou a economia para atrapalhar o inimigo, mas ganhou as eleições. Na política, importa é ganhar, e o PT é um projeto de poder bem-sucedido.

O que tem início a partir do final dos festejos e dos primeiros cem dias de indulgência máxima, é todavia, uma experiência inteiramente nova. Quem é este governo que acabamos de eleger? Sabemos que não é mais o mesmo partido que votou contra absolutamente tudo que hoje entende como prioritário. E sabemos também que o PT não é um partido com capacidade de formulação de políticas públicas dentro do programa que costumava chamar de neoliberal.

Que governo é esse, ao final das contas? Quais são suas ideias, suas propostas? Tendo se despedido de seu passado, que novo figurino deverá adotar?

A este respeito vale lembrar uma velha história pertencente ao folclore do saudoso professor Mario Henrique Simonsen. Diante de uma tese apresentada por aluno aspirante a um título qualquer, seu veredicto foi salomônico: a tese tem ideias novas e boas, só que as novas não são boas, e as boas não são novas.